

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA
EM COMÉRCIO EXTERIOR**

GRAZIELA BITTENCOURT FELICIO

**A INFLUÊNCIA DAS BARREIRAS COMERCIAIS AS EXPORTAÇÕES DE MEL
DE UMA EMPRESA DA REGIÃO SUL CATARINENSE**

CRICIÚMA

2014

GRAZIELA BITTENCOURT FELICIO

**A INFLUÊNCIA DAS BARREIRAS COMERCIAIS AS EXPORTAÇÕES DE MEL DE
UMA EMPRESA DA REGIÃO SUL CATARINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Administração – Linha específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unesc.

Orientador (a): Prof.^a Ms. Izabel Regina de Souza

CRICIÚMA

2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, presença constante em minha, porque sem ele nada sou, a Ele todo a honra e toda glória.

A minha família pelos momentos de compreensão e paciência, sempre respeitando minha ausência e me dando forças para continuar.

A Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, pela bolsa de estudos concedida a mim, foi através dela que pude descobrir um mundo antes distante de mim, onde a vida acadêmica me proporcionou muito aprendizado e sabedoria.

A minha orientadora Izabel, que não desistiu de mim, me passando os seus conhecimentos tão preciosos para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos Lara e Mateus pelos momentos de compreensão, de força, de incentivo e pelas horas de descontração e risadas tão essenciais nos momentos de angústia que passei.

Aos meus amigos de sala Israel, Sani, Edenilso e Camila pelas palavras de incentivo e coragem para nunca desistir da caminhada.

Ao meu namorado Donato, que apareceu em minha vida no momento que mais precisava de força e estímulo para continuar a caminhada, agradeço pelos momentos de compreensão, por entender que mesmo ausente e distante algumas vezes, este momento era passageiro em minha vida e tão logo eu poderei retribuir a ele todo carinho e atenção dedicados a mim.

“Mas se desejarmos fortemente o melhor e, principalmente, lutarmos pelo melhor... O melhor vai se instalar em nossa vida. Porque sou do tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura”.

Carlos Drummond de Andrade.

RESUMO

FELICIO, Graziela Bittencourt. **A influência das barreiras comerciais as exportações de mel de uma empresa da região sul catarinense.** 2014. 46p. Monografia do Curso de Administração com linha específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma.

O mercado internacional apresenta-se extremamente competitivo e dinâmico, de tal modo que dois movimentos são percebidos: aquele em que os países ou blocos econômicos buscam o crescimento expandindo-se para outros mercados ou, ainda, aquele em que visam proteger a produção interna com a utilização de medidas. No mercado mundial de mel não é diferente, a imposição de barreiras foi determinante em diversos episódios que ocorreram na última década, proporcionando impactos diferentes aos países. O Brasil recentemente despontou como um dos principais exportadores mundiais de mel e tem sofrido com os reflexos dessas barreiras, tanto no sentido positivo, como negativo. O presente estudo teve o objetivo de identificar as influências das barreiras comerciais às exportações de mel de uma empresa da região sul catarinense. Teve também como objetivos específicos caracterizar a história e o desenvolvimento do setor apícola mundial e brasileiro e conceituar as barreiras comerciais impostas às exportações. Primeiramente o trabalho apresentou um estudo bibliográfico com temas relevantes para um maior conhecimento sobre o assunto, tais como: mercado global exportações mundiais de mel, exportações brasileiras de mel, barreiras de exportação, barreiras para exportação de mel e história do mel. Para alcançar os objetivos específicos, foi feita uma pesquisa de campo com a elaboração de um questionário semiestruturado com 13 perguntas, possibilitando ao entrevistado a oportunidade de se expressar de forma ampla. Para a empresa pesquisada as barreiras impostas às exportações de mel no decorrer da história apícola no Brasil também influenciaram positiva e negativamente a empresa. No período em que o Brasil começou a destinar sua produção ao mercado mundial, a empresa entrevistada, aproveitou o cenário positivo, se preparou e também destinou sua produção à exportação, durante o período de embargo ao mel brasileiro a empresa, que já tinha sua produção auditada e certificada de acordo com as normas internacionais sofreu em um primeiro momento, mas decidiu buscar outros mercados que aceitassem sua produção, foi então que passou a negociar com os EUA, porém a preços mais baixos do que os pagos pelo mercado europeu. Outro fator positivo após o período de embargo foi o fato de a empresa passar a ajudar os produtores no sentido de terem uma produção com mais qualidade e mais rentável para ambas as partes.

Palavras-chave: Barreiras comerciais, apicultura, exportação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Etapas do Embargo Europeu ao Mel Brasileiro	21
Figura 2 - Embalagens Utilizadas Para Exportação	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil da Empresa.....	33
-----------------------------------	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo geral	10
1.2.2 Objetivos específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 MERCADO GLOBAL	13
2.2 EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	14
2.3 EXPORTAÇÃO DE MEL BRASILEIRO	15
2.4 BARREIRAS DE EXPORTAÇÃO	23
2.5 BARREIRAS PARA EXPORTAÇÃO DE MEL	25
2.6 HISTÓRIA DO MEL	27
3 METODOLOGIA	Erro! Indicador não definido.
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	30
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	31
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	31
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	32
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	Erro! Indicador não definido.
5 CONCLUSÃO	42

1 INTRODUÇÃO

O cenário econômico mundial esta em constante crescimento e evolução, diante deste contexto as grandes nações vem implementando reformas de políticas econômicas com o intuito de se inserir ou ampliar sua participação neste cenário globalizado.

O fenômeno da globalização há muitos anos vem produzindo um acirramento da competição entre as organizações, forçando-as a ajustarem suas estratégias, de modo a assegurarem sua permanência no mercado.

Os países na busca de expandir suas atividades comerciais para internacionalizar sua produção e abrir as fronteiras para as economias em desenvolvimento acabam por utilizar diversas formas de protecionismo como obstáculos, exigências técnicas e tarifas a fim de preservar a economia interna.

Neste cenário de proteção ao mercado interno as novas formas de protecionismos como as barreiras comerciais acabam se destacando pelo fato de impedir ou retardar as exportações (INMETRO, 2009).Essas barreiras podem ser entendidas como uma prática comum dos governos de aplicar regras sobre regulamentos e normas técnicas dos bens produzidos internamente e sobre os importados, objetivando assim a garantia dos padrões de qualidade e segurança, proteção ao meio ambiente e a saúde dos consumidores (THORTENSEN, 2001).

A partir desse contexto, este trabalho tem o intuito de apresentar as influências das barreiras comerciais às exportações de mel de uma empresa da região sul catarinense. Apontando assim os diversos tipos de barreiras comerciais às exportações de mel e apresentando dados sobre a participação do Brasil no cenário internacional.

Este estudo está dividido em 05 (cinco) capítulos distintos para um melhor entendimento, sendo o primeiro capítulo caracterizado pela definição do tema, problema, objetivo geral, objetivos específicos e a justificativa. O segundo capítulo engloba a fundamentação teórica, ou seja, apresentam-se os principais temas relacionados com o objetivo do estudo, com base em autores e sites governamentais, com o objetivo de fornecer base científica para o estudo e o terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa em profundidade. No quarto capítulo encontra-se a apresentação e análises dos dados obtidos através da pesquisa realizada na empresa objeto de estudo. No

quinto e último capítulo faz-se uma conclusão do estudo realizado e um relato da contribuição do trabalho na vida da acadêmica pesquisadora, seguido das referências utilizadas no trabalho e apêndice.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O comércio internacional visa, através do livre comércio, resultar em benefícios mútuos a todos os países envolvidos. As fronteiras se estendem e as exportações tendem a possuir uma finalidade mais forte na geração de receitas e riquezas. É a partir daí que se constatam conflitos entre países que, ao protegerem seus interesses, geram reações adversas ao comércio internacional, surgindo disputas, obstáculos e tensões.

Com a globalização, o mercado está cada vez mais competitivo e os consumidores mais exigentes, neste cenário, a qualidade se torna um fator importante na escolha de um determinado produto.

Perante isso, algumas organizações investem em ações para ampliar suas vendas e desenvolvem produtos mais vendáveis em diversos mercados. Uma forma de adentrar em novos mercados provoca as organizações a romper as fronteiras do país de origem. Neste momento, podem surgir restrições que acabam neutralizando essas ações de busca de novos mercados, devido às dificuldades inerentes ao processo de exportação.

No tocante a exploração dos mercados, até 14 anos atrás a exploração apícola, representada pelo mel, era inexpressiva se comparada ao mercado mundial, com a ocorrência de problemas envolvendo dois dos principais fornecedores mundiais, China e Argentina, o Brasil ingressou no mercado externo favorecido pelo embargo imposto pela comunidade europeia às exportações de mel desses países. A falta de mel no mercado, devido ao embargo as exportações da China e Argentina, e a alta demanda do produto beneficiou o Brasil a inserir sua produção no mercado mundial até 2006, ano que o país também sofre embargo de suas exportações por parte da comunidade europeia.

A falta de um controle de resíduos (identificação da presença de agrotóxicos e medicamentos veterinários no mel), por parte do governo brasileiro, no ano anterior ao embargo de 2006, fez com que 14 mil toneladas de mel ficassem encalhadas, prejudicando 76% das receitas que resultavam das vendas externas.

A volta da China ao mercado paralelamente com o embargo europeu ao mel brasileiro não foi um empecilho para as exportações brasileiras e ainda resultou numa melhora no processo de extração do mel, fazendo com que o produto brasileiro se destacasse ainda mais no mercado internacional.

Durante o período de embargo ao mel, cerca de dois anos, o Brasil precisou se adequar as imposições da comunidade europeia em relação a certificados de qualidade e controle fitossanitários e ainda sofrer com os preços pagos pelo mercado americano, abaixo do normal, em decorrência do embargo e a falta de opção de mercado comprador.

Com bases nas informações apresentadas acima, pode-se perceber que diante um cenário internacional mais competitivo, os países buscam formas de proteger o mercado doméstico a partir de barreiras e entraves muitas vezes não transparentes, para aprofundar este assunto em um tema mais específico a acadêmica pesquisadora decidiu escolher o setor apícola, surgindo assim o seguinte problema de pesquisa: Quais as influências das barreiras comerciais as exportações de mel de uma empresa da região sul catarinense?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Identificar as influências das barreiras comerciais impostas a uma empresa exportadora de mel da região sul catarinense.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a história e o desenvolvimento do setor apícola mundial e brasileiro;
- Conceituar as barreiras comerciais impostas as exportações;
- Identificar as influências das barreiras comerciais impostas a uma empresa exportadora de mel da região sul catarinense.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse em realizar um estudo a respeito da influência das barreiras comerciais as exportações de mel surgiu devido a dificuldades que as empresas encontram ao exportar seu produto, principalmente para o mercado europeu.

A apicultura pode ser encarada como um instrumento de inclusão social econômica ou uma fonte alternativa de emprego e renda para pequenos produtores de mel, afinal são poucos produtores do país que adotam a atividade como fonte principal de renda familiar e investem profissionalmente neste ramo.

Devido à falta de hábito do consumo de mel no Brasil o país destina mais de 50% de sua produção para o mercado externo e tem potencial para exportar mais caso os produtores se profissionalizem na atividade e melhoram o manejo com as abelhas.

O mercado mundial cada vez mais globalizado procura expandir suas relações comerciais e inserir seus produtos em diversos mercados, mas em paralelo procuram proteger seu mercado interno de produções sem qualidade, sem procedência ou até mesmo pelo simples fato de tais produtos serem mais baratos do que os produzidos internamente. Essa proteção do mercado interno vem se caracterizando por barreiras comerciais, que são distintas as barreiras tarifárias, que estão sendo reduzidas gradativamente.

As barreiras comerciais impostas a diversos produtos, principalmente os de origem animal, afetam aqueles países em desenvolvimento e sem condições de atender a tais exigências de imediato. Tais barreiras podem caracterizar diminuição das exportações pelo simples fato de muitas vezes serem complexas demais e determinados países não disporem de tecnologia adequada para cumpri-las.

No caso do setor apícola as barreiras comerciais serviram para mostrar que o governo brasileiro não estava preparado para atender as exigências de um mercado tão exigente quando a União Europeia e também serviram para o setor criar suas próprias exigências e requisitos básicos para produção, manejo, envase e escoamento da produção de mel.

Levando em consideração a necessidade de se adaptar as exigências do mercado mundial e observando que os consumidores estão cada vez mais exigentes e em busca de produtos mais naturais e certificados, as empresas envolvidas na cadeia apícola brasileira vêm gradativamente buscando formas para tornar a produção de mel mais qualificada, livre de contaminantes e com certificações reconhecidas em todos os países consumidores.

No próximo capítulo apresenta-se a fundamentação teórica para o presente estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho tem por objetivo principal estudar a influencia das barreiras comerciais as exportações de mel de uma empresa da região sul catarinense

Portanto, serão apresentados a seguir alguns conceitos referentes ao mercado global, exportações mundiais, exportações de mel brasileiro, barreiras de exportação, barreiras para exportação de mel e história do mel.

2.1 MERCADO GLOBAL

O aumento das oportunidades de desenvolvimento e crescimento na economia dos países depende basicamente da sua participação cada vez mais atuante no comércio mundial. Os países que entendem essa importância e se inserem cada vez mais no movimento mundial de mercadorias e serviços aceleram esse processo e melhoram a competitividade do país e de suas organizações (KEEDI, 2011).

O processo de competitividade no comércio internacional é contínuo e cheio mudanças, aprimoramento tecnológico e controles. As mudanças são impostas pela evolução da sociedade e vem de encontro as mais diversas estratégias de sobrevivência econômico-financeiras. Essas grandes transformações vem acontecendo há anos gerando, por conseguinte uma revolução na história dos países nas áreas econômicas, políticas e sociais (NOSÉ JUNIOR, 2005).

Conforme cita Ultemar da Silva (org.) (2008), as profundas mudanças que ocorreram na econômica mundial com o avanço da globalização se deram devido aos investimentos multinacionais, ao aumento do comércio internacional e as transações financeiras.

Para os autores, Magnoli e Serapião (2006, p.96), a globalização pode ser conceituada da seguinte forma:

O conceito de globalização abrange três dimensões, que se associaram historicamente. A primeira é tecnológica: a onda de inovações da revolução tecnocientífica. A segunda decorreu de uma dupla revolução geopolítica: a abertura econômica da China e a implosão do bloco soviético. A terceira relaciona-se as estratégias empresariais: a tendência à transformação dos conglomerados transnacionais em verdadeiras corporações globais.

Para alguns especialistas o mundo é uma aldeia global, um ambiente sem fronteiras, e o avanço da globalização permite que acontecimentos afetem direta ou indiretamente todos os habitantes do planeta além do que as inovações tecnológicas vêm surgindo para conectar todas as culturas (CIGNACCO, 2009).

Em sentido mais amplo, Nosé Junior (2005) acrescenta que a globalização da mesma forma pode significar progresso e desenvolvimento tecnológico, também significa interdependência econômica, tecnológica, financeira e comercial entre os países e empresas envolvidas no processo.

No decorrer da globalização observou-se uma crescente modificação nos cenários empresariais, sendo que a mais importante estratégia para as empresas é a internacionalização, obrigando as mesmas a padronizarem e unificarem suas ações de marketing buscando a uniformização da sua imagem para os consumidores (ULTEMAR DA SILVA, org., 2008).

Os países ao redor do mundo, assim como o Brasil, buscam formas para se inserir no mundo globalizado, levando em consideração a importância de definir necessidades e interesses próprios para manter uma presença e imagem internacional (MORINI; SIMÕES; DAIANEZ, org., 2006).

O avanço das exportações nos países desenvolvidos fez crescer a proteção da produção nacional das economias avançadas, nas rodadas de negócios do GATT foram estabelecidas regras para a redução das tarifas alfandegárias fazendo com que os países industrializados buscassem novas formas de proteção ao mercado: as chamadas barreiras não tarifárias que tendem a ter efeitos mais danosos por sua falta de transparência e arbitrariedade de aplicação (CASTILHO, 1994).

A próxima sessão apresentará as exportações mundiais de mel, apresentando os maiores exportadores e importadores do mercado internacional.

2.2 EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE MEL

A produção mundial de mel cresceu muito nos últimos anos, apesar das flutuações, entre regiões industrializadas e não industrializadas, devido ao aumento no número de colmeias e da produção. O consumo também aumentou e esse fator se deve principalmente ao aumento geral nos padrões de vida e interesse cada vez maior por produtos mais saudáveis e naturais (PEREIRA *et al.*, 2003).

A característica mais marcante do mercado mundial de mel é a sua concentração, Alemanha e Estados Unidos são os países responsáveis por quase metade de toda importação mundial, enquanto China e Argentina se posicionam como maiores exportadores (SEBRAE, 2006).

Até meados de 2001 a China liderava as exportações de mel com US\$98,82 milhões e a Argentina permeava o segundo lugar com US\$ 71,51 milhões, neste mesmo período o Brasil não aparecia na lista dos maiores exportadores mundiais, suas vendas externas eram de apenas 2,8 milhões (PEREZ; FREITAS; RESENDE, 2003).

Em 2007, foram produzidos mundialmente 1,46 milhões de toneladas de mel, sendo que a China produziu 24,4% do total e Argentina 5,53%, estes dois países juntos movimentaram mais de 35% das exportações mundiais. O mercado internacional movimentou cerca de 410 mil toneladas, já o Brasil exportou somente 12,09 mil toneladas, 3,15% do total internacional (BORGES, 2010).

Em 2009, A Alemanha representa mais da metade do volume total de importações (52%) e quase um terço das exportações (27%), ficando caracterizado que o país é simultaneamente o maior importador e o maior exportador de mel do mundo (PAN, 2011-2013).

2.3 EXPORTAÇÃO DE MEL BRASILEIRO

A produção brasileira de mel, até 2001, é destinada basicamente ao mercado interno apesar de o consumo per capita ser baixo em relação a outros países consumidores. O brasileiro consome 300/gramas/ano/habitante enquanto em alguns países como Estados Unidos, Alemanha e África o consumo pode chegar a 1kg/ano/habitante (BÖHLKE; PALMEIRA, 2006).

A falta de hábito de consumo do mel pela população brasileira, que muitas vezes o utiliza de forma medicinal, e a relação direta entre poder aquisitivo e consumo explica o baixo consumo de mel no país (ALMEIDA; CARVALHO, 2009).

Grandes mudanças ocorreram no período de 2002 a 2004 no mercado internacional do mel. China e Argentina, grandes exportadores de mel neste período, sofreram embargos por parte da comunidade Europeia e Estados Unidos, fator importante que beneficiou o Brasil a entrar no mercado de exportação de mel (BORGES, 2010).

O consumidor de mel, tanto o mundial quanto o doméstico, esta cada vez mais exigente e sofisticado, buscando um produto de alta qualidade que se reflete em requisitos técnicos e organizacionais mais elaborados. Em contrapartida as constantes exigências impedem a entrada de novos produtores, visto que a grande maioria deles é originária de países em desenvolvimento e com infraestrutura deficitária para cumprir as normas técnicas exigidas pelo mercado importador (MAPA, 2007).

Os altos índices de resíduos do antibiótico clorofenicol encontrados no mel chinês fez com que a Comissão Europeia determinasse a suspensão temporária das importações chinesas de produtos de origem animal destinados ao consumo humano, entre eles o mel (APACAME, 2014).

O uso de antibióticos, como o clorofenicol, tem o intuito de prevenir e controlar as doenças que aparecem nas colmeias, portanto o uso exagerado e durante o período de fluxo de néctar pode contaminar o mel. A má utilização desse antibiótico tem causada rejeição nos lotes de mel e trazendo prejuízos à apicultura (MAIA, 2013).

Já a Argentina sofreu embargo por parte dos Estados Unidos, uma medida *antidumping* foi imposta pelo governo americano a pedido dos apicultores locais que estavam sofrendo uma concorrência desleal ocasionada pelo preço da tonelada do mel e ao mesmo tempo sofreu com o aparecimento da cria pútrida na produção de mel (doença que ataca as abelhas e que ainda não foi encontrada a cura) (PEREZ; FREITAS; RESENDE, 2003).

Nos casos em que há comprovação de *dumping*, onde o preço praticado no mercado exportador é menor do que o preço praticado no mercado importador e constitui dano à indústria doméstica, o país importador poderá impor medidas *antidumping* ao país exportador visando assim proteger seu mercado interno da concorrência desleal de preços (BARRAL *et al*, 2000).

Aproveitando este período de restrição aos maiores exportadores de mel o Brasil passou a suprir a demanda do mercado, contando ainda com a elevação dos preços do produto e a falta de exigências de qualidade devido à falta do produto no mercado (BORGES, 2010).

As características favoráveis à produção de mel encontradas no Brasil facilitou sua inserção no mercado internacional, uma dessas características relaciona-se as abelhas africanizadas, que além de sua alta produtividade são

indispensáveis para a produção de um mel bastante higiênico. Outro fator de fundamental importância é a biodiversidade da flora e as características climáticas do país que contribuem para uma produção de qualidade (PICOLLI, 2004).

Outra vantagem competitiva do Brasil é oferecer mel o ano inteiro, devido à diversidade natural que existe no país, podendo manter a rotatividade produtiva, quando a produção falha em uma região outra região tem a capacidade de suprir a necessidade. Este fator não ocorre com os grandes produtores mundiais, como a Argentina e China, que concentram sua produção em determinadas épocas do ano (SEBRAE, 2006).

A oportunidade para o incremento das exportações brasileiras de mel surgiu após a saída da China e da Argentina do comércio mundial, durante este período o mercado internacional ficou escasso de mel motivando a entrada de mel de todos os países produtores entre eles o Brasil que aproveitou o cenário favorável e começou a ocupar uma posição importante no comércio internacional de mel (MAPA, 2007).

Em 2002 o Brasil surge como o nono maior país exportador de mel, ultrapassando países como Vietnã, Austrália, Uruguai e outros, com US\$ 23,1 milhões exportados (PEREZ; RESENDE; FREITAS, 2004).

O país que até o ano 2000 ocupava a 27ª posição no *ranking* mundial das exportações de mel, passou a ocupar em 2004 a 5ª posição com mais de 20 mil toneladas exportadas por ano (PAULA, 2008).

Do volume total de importações US\$ 945,6 milhões, no ano de 2004, a Alemanha chegou ao valor de US\$ 232,1 milhões, correspondendo a 24% do total anual, em seguida esta os Estados Unidos com US\$ 158,3 milhões, Inglaterra com US\$ 77,7 milhões e Japão com US\$ 70 milhões (USAID, 2006).

O cenário promissor para as exportações durou até 2005, ano que a China retorna ao cenário internacional. A volta de um concorrente forte faz com que o comércio mundial se torne mais competitivo, aumentando as exigências em relação à qualidade do mel e promovendo uma diminuição nas exportações brasileiras (BORGES, 2010).

Com a volta da China ao mercado as exportações brasileiras caíram em 2005, 55,3% em valor e 31,3% em quantidade com relação a 2004, os preços que antes chegavam à média de US\$ 2.362 voltaram a custar US\$ 1.311 a tonelada dependendo da qualidade, cor e outros fatores específicos do mel. A Alemanha,

principal importador o mel brasileiro, diminui sua participação de 54,7% em 2003 para 42,8% em 2005 (PEREZ; RESENDE; FREITAS, 2005).

A variação do preço do mel natural, principalmente entre os anos de 2002 a 2005, ocorreu devido à volta da China ao mercado internacional, mas com o reequilíbrio do mercado a partir de 2004 o preço do mel volta aos índices normais de US\$ 1,30/kg (MAPA, 2007).

A variação no preço do mel é influenciada por diversos fatores, entre eles, as condições de produção, demanda nos países importadores e exportadores, qualidade e tipo do mel a ser exportado, disponibilidade de substitutos e ainda a existência de barreiras comerciais a exportação (ZANDONADI; SILVA, 2005).

A qualidade do mel, produzido em boa parte do Brasil, contribui para expandir as vendas e valorizar o produto no cenário mundial, porém o preço do mel brasileiro no mercado internacional não reflete sua qualidade. Este fato se dá por dois motivos aparentes: a recente inserção do país no mercado internacional não permitiu sua consolidação entre os compradores e distribuidores no exterior e o fato de que o mel brasileiro não ter certificados de qualidade e origem, requisitados pelo mercado internacional, que agregam valor ao produto, mas ao mesmo tempo gerando custos para os pequenos produtores (MAPA, 2007).

O principal país comprador do mel brasileiro, a Alemanha, diminuiu suas importações em proporções superiores à média, assim como a Bélgica e Espanha, o Reino Unido manteve a quantidade comprada e os Estados Unidos reduziram suas importações a níveis bem inferiores aos da Alemanha (PEREZ; RESENDE; FREITAS, 2005).

O Brasil vinha se destacando no mercado mundial de mel, até que em 17 de março de 2006, sobre um embargo por parte da União Europeia. A partir desta data fica proibida a exportação do mel brasileiro para o mercado europeu, diante da alegação de não cumprimento dos prazos de implantação do Plano Nacional de Controle de Resíduos - PNCR (SEBRAE, 2008).

O Plano Nacional de Controle de Resíduos – PNCR, tem o objetivo de promover a garantia de qualidade do sistema de produção de alimentos de origem animal ao longo de toda cadeia produtiva, através de análises feitas nos laboratórios credenciados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro (BRASIL, 2014).

Em 2003, uma comissão técnica da União Europeia esteve no Brasil com o objetivo de analisar a rastreabilidade e sanidade das cadeias do agronegócio, entre elas o mel. Foi recomendada ao governo brasileiro a construção de laboratórios onde pudesse ser realizado o controle e monitoramento de resíduos, esta solicitação não foi atendida de imediato e resultou no embargo ao mel brasileiro em 2006 (BORGES, 2010).

Fatores diversos corroboraram para o embargo europeu: a falta de fiscalização e controle por parte do governo brasileiro, falta de regulamentação específica sobre padrões de qualidade, falta de preocupação com o meio ambiente por parte dos produtores que com o intuito de aumentar sua produção e reduzir seus custos não se adequando as exigências do mercado internacional (MAPA, 2007).

Na ocasião do embargo, o Brasil não possuía nenhum laboratório habilitado para fazer as análises exigidas e o credenciamento dos mesmos por parte da União Europeia iria prolongar ainda mais o embargo, foi então que o Laboratório APPLICA GMBH, da Alemanha, ofereceu seus serviços e foi contrato por questão de emergência pelo governo brasileiro e pelos exportadores para atender as exigências e reverter o embargo europeu (SEBRAE, 2008).

Os obstáculos estabelecidos pela União Europeia para as exportações preocupam cada vez mais, eles consistem em regulamentos técnicos, normas e procedimentos de avaliação da conformidade que, em muitos casos, não se ajustam as normas e regulamentos internacionais (BARRAL. *et al*, 2000).

Desde a criação da Organização Mundial do Comércio – OMC vem-se discutindo sobre as novas formas de barreiras existentes no comércio mundial, até um tempo atrás as barreiras mais utilizadas eram as tarifárias, como a cobrança de impostos sobre os produtos importados, porém elas foram sendo substituídas por outros tipos de barreiras comerciais: as técnicas que consistem em um conjunto de exigências que impedem a entrada de produtos que não estão de acordo com os requisitos internos e as barreiras sanitárias que protegem a sanidade e segurança de produtos alimentares através de certificações laboratoriais, análises e especificações técnicas (SEBRAE, 2008).

“A Organização Mundial do Comércio (OMC) tem como objetivo principal a promoção do livre comércio entre os países, buscando, portanto a eliminação de todas as barreiras ao comércio. Estas barreiras podem ser tarifárias ou não tarifárias” (BARRAL. *et al.*, 2000, p.329).

O cenário mundial se apresenta extremamente competitivo, os países e até grandes blocos econômicos, trabalham em busca do crescimento, diminuindo os obstáculos internos, ao mesmo tempo em que protegem seu mercado e seus produtos através de entraves como as barreiras técnicas (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2008).

De acordo com empresários brasileiros, o embargo surgiu do interesse dos importadores alemães de baixar o preço do produto brasileiro. Ao iniciar suas exportações de mel para o mercado europeu, no período de embargo ao mel chinês, o país conquistou a preferências dos consumidores com um produto de qualidade bem superior ao da China, porém com preço mais elevado. Como a Alemanha atua como distribuidor de mel para vários países, os importadores têm usado vários artifícios para igualar o preço brasileiro com o chinês mantendo sua margem de lucro (SEBRAE, 2008).

O embargo que inicialmente poderia gerar problemas graves em relação à participação do Brasil no mercado mundial de mel forçou o país a redirecionar suas exportações para os EUA, fazendo com que suas exportações não diminuíssem em relação ao ano de 2005 e ainda ampliando seu mercado consumidor (BORGES, 2010).

Cabe ainda ressaltar, segundo Paula (2008), que o embargo ao mel brasileiro, forçou uma mobilização por parte do setor apícola a fim de fortalecer o setor, levando empresários e apicultores a se unirem as principais entidades como a Confederação Brasileira de Apicultura – CBA e a Associação Brasileira dos Exportadores de Mel – ABEMEL para vencer o embargo imposto.

Novas ações foram surgindo em decorrência do embargo, para a melhoria do produto oferecido, como por exemplo, a criação da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, visto que a União Europeia era o principal importador do mel brasileiro (PAULA, 2008).

Em março de 2008, a União Europeia aprova finalmente o PNR, reconhecendo que o programa brasileiro é equivalente ao europeu no controle e monitoramento de substâncias no mel. Com a suspensão das exportações para a Europa, o mel brasileiro passou a ser comprado pelos Estados Unidos, com um total de vendas superiores a US\$19 milhões em 2007, em 2006 as exportações foram de

US\$ 21,2 milhões, de 2006 para 2007 houve uma redução de 9,3% nas exportações de mel (FRANCO, 2014).

A notícia da suspensão do embargo europeu ao mel animou o setor que tanto esperava para voltar a exportar para a comunidade europeia, porém antes de retomar a negociar com os países do bloco, o setor terá que se adequar as novas exigências impostas agora pelo governo interno. O setor deverá se adaptar as exigências de rastreabilidade e adoção de boas práticas, implantar sistemas de análise de perigos e pontos críticos de controle – APPCC e obter o Serviço de Inspeção Federal- S.F.I (APACAME, 2008).

A Figura 1 mostra as etapas do embargo, desde seu início em 2006, até a adequação do Brasil as regras da União Europeia em 2008.

Figura 1 - Etapas do Embargo Europeu ao Mel Brasileiro



Fonte: Revista Globo Rural (2008).

Em 2009, o país exportou 38 mil toneladas de mel, valores alcançado devido o fim do embargo europeu e pelo aumento da demanda externa do produto. O mercado externo, esta cada vez mais exigente, dando preferência a produtos orgânicos o que coloca o Brasil em grande vantagem em relação aos concorrentes, visto que as abelhas africanizadas são mais resistentes a doenças, não sendo necessária a utilização de antibióticos, defensivos ou acaricidas em sua criação (SEBRAE, 2011).

Em 2013 a expectativa era que o mercado apícola brasileiro exportasse cerca de US\$50 milhões em mel, mas suas expectativas foram superadas e o montante totalizou US\$ 54.123.900,00, segundo dados apresentados pela área de inteligência comercial da ABEMEL. O bom desempenho se deve a profissionalização das empresas e a participação ativa em feiras e seminários internacionais em parceria com o Projeto Bee Brazil e a Apex-Brasil – Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos. Os estados que mais se destacaram nas exportações foram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará e Paraná (ABEMEL, 2014).

A Tabela 1 mostra a evolução das exportações brasileiras desde o ano de 2010, pode-se observar que as exportações em abril de 2014 foram superiores ao mês anterior, totalizando uma diferença de US\$ 3.632.056,00 (ABEMEL, 2014).

Tabela 1 – Exportação Brasileira de Mel 2010 a 2014 (NCM 04.09.00.00)

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Meses	US\$	US\$	US\$	US\$	US\$
Janeiro	2.943.680,00	3.849.178,00	4.138.819,00	4.305.271,00	5.412.930,00
Fevereiro	3.532.933,00	5.327.084,00	3.792.304,00	3.424.614,00	8.590.675,00
Março	6.923.622,00	8.643.671,00	5.029.284,00	5.178.875,00	7.211.402,00
Abril	6.063.074,00	8.164.031,00	4.752.511,00	4.980.921,00	10.843.455,00
Maio	4.124.983,00	8.178.320,00	5.963.636,00	4.947.293,00	0,00
Junho	5.543.022,00	5.871.854,00	5.140.711,00	4.190.478,00	0,00
Julho	5.773.387,00	5.806.174,00	4.089.439,00	5.320.695,00	0,00
Agosto	4.884.589,00	6.096.548,00	4.224.158,00	3.796.030,00	0,00
Setembro	2.439.715,00	4.979.110,00	2.137.790,00	3.331.752,00	0,00
Outubro	3.714.010,00	4.805.135,00	3.814.884,00	4.195.386,00	0,00
Novembro	3.584.891,00	3.520.423,00	3.981.036,00	4.131.162,00	0,00
Dezembro	5.527.771,00	5.636.022,00	5.283.195,00	6.321.423,00	0,00

Fonte: Alice web, 2014

Pelos dados apresentados na Tabela 1 pode-se observar que o ano de 2011 foi o mais favorável para as exportações de mel, contudo observando o mês de

abril de 2014, verifica-se que a média mensal exportada nos primeiros meses deste ano é de US\$ 8,0 milhões contra US\$ 6,4 milhões exportados em 2011. O aumento do volume de chuvas nas regiões Norte e Nordeste do país propiciou a alta na produção de mel contribuindo para o incremento das exportações neste período (ABEMEL, 2014).

A próxima sessão contextualizará os tipos de barreiras comerciais encontradas nos processos de exportações, bem como fará uma breve explicação de barreiras tarifárias e não tarifárias.

2.4 BARREIRAS DE EXPORTAÇÃO

Um grande desafio enfrentado nas negociações multilaterais é a eliminação, ou redução significativa das barreiras comerciais, que se entende por qualquer lei, regulamento, medida, política ou prática adotada por um país que cause distorções ou restrições ao comércio internacional (LOPEZ; GAMA, 2005).

Na rodada do Uruguai o *General Agreement on Tariffs and Trade – GATT* (em português Acordo Geral de Tarifas e Comércio) definiu regras para a redução das tarifas alfandegárias as exportações. Para proteger seu mercado interno os países desenvolvidos buscaram novas formas de proteção como as barreiras não tarifárias, que não são tão regulamentadas quanto às tarifárias e tendem a ter consequências mais danosas devido à falta de transparência e arbitrariedade em sua aplicação (CASTILHO, 1996).

Além da diminuição das tarifas, a oitava rodada, teve o objetivo de integrar as regras do GATT alguns setores que antes eram excluídos das negociações, como agricultura e têxteis, que costumavam ser comercializados de acordo com regras especiais de cada país, conservando assim o protecionismo ao comércio (THORTENSEN, 2001).

Segundo Oliveira (2005), o bom desempenho dos países em setores específicos, gera ameaça aos outros países e pode ser apontado como causa de medidas protecionistas ao mercado nacional. Tais medidas podem vir em forma de barreiras e são utilizadas a fim de proteger, respeitar e promover interesses além daqueles econômicos, tais como a proteção à saúde humana e animal, proteção ao meio ambiente e segurança ao país e aos seus indivíduos.

No presente cenário internacional, é de extrema importância que esforços sejam desenvolvidos com o intuito de aumentar significativamente a pequena participação do Brasil nas exportações mundiais, visto que sua participação atual em menos de 1% não condiz com as dimensões da economia do país e suas potencialidades (MDIC, 2014).

Para proporcionar o aumento das exportações brasileiras, com a conquista e a manutenção dos mercados externos, mostram-se necessários investimentos das empresas exportadoras para superarem os diversos obstáculos que se opõe a comercialização de seus produtos, tais como: as barreiras não tarifárias, barreiras institucionais ou culturais, requisitos técnicos e controles sanitários e fitossanitários, medidas antidumping e de salvaguarda entre outras (IGLESIAS; VEIGA, 2002).

Conforme a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – FUNCEX (1999), a livre circulação de bens e serviços traz ganhos para países compradores e vendedores, no entanto as medidas ou políticas que limitam essa livre circulação atingem os benefícios oriundos do comércio internacional igualmente. É desse modo que os parceiros comerciais precisam buscar medidas de remoção de entraves comerciais e também buscar elaborar legislações e procedimentos comerciais mais transparentes.

As barreiras comerciais, conforme Lopez e Gama (2007) podem ser classificadas em tarifárias e não tarifárias e são utilizadas com a intenção de proteger o mercado interno das exportações oriundas de diversos países e que competem com a produção nacional. As barreiras tarifárias são instrumentos de política comercial e são utilizados pelo governo com a intenção de influencia os preços de mercado, já as não tarifárias, segundo MDIC (2002) são aquelas que impõem requisitos para limitar as importações, como as exigências em matéria de embalagens, normas sanitárias e fitossanitárias, normas e regulamentos técnicos e normas de qualidade.

Na cartilha da Confederação Nacional da Indústria – (CNI), do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – (MDIC) e da Associação de Comércio Exterior do Brasil– (AEB), as barreiras estão conceituadas como medidas ou exigências que afetam as exportações de fato e podem ser divididas em dois subconjuntos (MDIC, 2002):

- Barreiras Tarifárias: que são aquelas criadas a partir das tarifas de importação de produtos;
- Barreiras Não Tarifárias: aquelas que decorrem do atendimento a requisitos técnicos ou administrativos.

O uso de barreiras às exportações é uma nova forma de protecionismo praticada pelos principais países e blocos econômicos e o que se percebe é a complexidade do mundo e das relações comerciais, uma vez que existe o interesse de ampliar o comércio internacional e paralelamente se busca proteger a economia interna, tanto dos países quanto dos blocos econômicos (MDIC, 2002).

Na próxima sessão apresentam-se as principais barreiras encontradas no processo de exportação de mel.

2.5 BARREIRAS PARA EXPORTAÇÃO DE MEL

O mel para consumo humano, pela sua própria natureza, está sujeito à determinação e imposição de normas técnicas e sanitárias, independente de ser comercializado no mercado interno ou externo, é obrigatório o cumprimento de uma série de requisitos de qualidade, cada vez mais exigentes, como o controle de resíduos que verifica a presença de antibióticos no mel (EUROPEAN COMMISSION, 2014).

Os consumidores cada vez mais exigentes e conscientes estão forçando as empresas a desenvolver medidas para atender as suas exigências e aquelas que conseguem comprovar sua qualidade por meio do uso de normas técnicas, apresentam maior competitividade, mantendo-se estrategicamente no mercado (ABNT;SEBRAE, 2012).

Nos últimos anos a comercialização de mel tem-se configurado como um bom negócio devido ao aumento da demanda do produto no mercado internacional, porém uma das grandes preocupações do mercado é a eliminação total de resíduos agrícolas no mel, a qual se vem buscando através da apicultura orgânica que apresenta para o mercado internacional um mel de sabor diferenciado e sem a presença de contaminantes (IBD, 2003).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para garantir a qualidade do mel produzido no Brasil, estabelece alguns regulamentos para os estabelecimentos que processam o mel, como a Análise de Perigos e

Pontos Críticos (APPCC), o Programa Nacional de Controle de Resíduos para o mel (PNCR) e as BPAs – Boas Práticas Apícolas, que consistem em ferramentas que quando utilizadas em todo o processo produtivo diminuem o risco de contaminação e a manutenção da qualidade do mel (SEBRAE, 2009).

O Programa de Alimentos Seguros (PAS) foi originado a partir do APPCC, através de uma parceria entre o CNI/SENAI e o SEBRAE, com o objetivo principal de garantir a produção de alimentos seguros a saúde e satisfação dos clientes. O sistema APPCC é a versão brasileira do Hazard Analysis and Critical Point HACCP), criado nos EUA, e tem o objetivo de identificar e analisar os perigos com a produção de alimentos e definir maneiras para controlar estes perigos (SEBRAE, 2009).

O processo de rastreabilidade também é exigência dos mercados importadores de mel e garante a produção segura dos alimentos, sendo um requisito exigido na implantação das Boas Práticas de Fabricação (BPF) recomendado pelo MAPA (SEBRAE, 2009).

O quadro 1 apresenta os estabelecimentos brasileiros que estão habilitados para realizar exportações de mel (MAPA, 2014).

Quadro 1: Relação dos estabelecimentos brasileiros autorizados a realizar exportação de mel.

Estabelecimento	Município	Estado	S.I.F
Mocó Agropecuário Ltda	Santa Teresinha	Paraíba	1867
Cearapi Apicultura e Produtos Orgânicos Ltda	Crato	Ceará	2685
Lambertucci Indústria Comércio e Exportação Ltda	Rio Claro	São Paulo	325
José Eduardo Anibal - ME	Barretos	São Paulo	635
Apischel Exportadora Ltda - EPP	Crato	Ceará	642
Esperança Agropecuária e Indústria LTDA	Cascavel	Ceará	1077
Apidouro Comercial Exportadora e Importadora LTDA	Bebedouro	São Paulo	1674
Floramel Indústria e Comércio LTDA	Teresina	Piauí	1715
Floema Indústria de Produtos Naturais LTDA	Aquiraz	Ceará	1764
Mocó Agropecuária LTDA	Santa Teresinha	Paraíba	1867
Central de Cooperativas Apícolas do Semi-árido Brasileiro – Casa Apis	Picos	Piauí	2094
Wenzel's Apicultura, Comércio, Indústria, Importação e Exportação LTDA	Picos	Piauí	2344

Cearapi Apicultura e Produtos Orgânicos LTDA	Crato	Ceará	2685
Apicomel Indústria de Produtos Apícolas LTDA	Jaguari	Rio Grande do Sul	2984
Minamel Agroindústria LTDA	Içara	Santa Catarina	3503
Breyer e Cia LTDA	União da Vitória	Paraná	3522
Altamira Apícola Comércio, Representação, Importação e Exportação LTDA	Limoeiro do Norte	Ceará	3869
Apis Nativa Produtos Naturais LTDA	Araranguá	Santa Catarina	4123
Arealeira Organic Foods – Indústria e Comércio LTDA	Botucatu	São Paulo	4196

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA, 2014.

O crescimento e ampliação da produção orgânica de alimentos, nos últimos anos alcançaram 50% em alguns países, os que mais se desenvolveram nesta área foram Oceania e Europa, servindo de modelo para outros países nos requisitos de certificação orgânica. Os países com maior área produtiva de alimentos orgânicos são Austrália, Argentina e Brasil (GUILHERMANO *et al.*, 2010).

2.6 HISTÓRIA DO MEL

Algumas pesquisas relatam que há 20 milhões de anos, antes do surgimento do homem na Terra, as abelhas já produziam e guardavam mel. Quando o homem descobriu o mel era realizada uma verdadeira “caça ao mel”, pois os enxames se localizavam em locais de difícil acesso e de grande risco para quem o colhia e o mel era consumido sem ser retirado do favo, junto com o pólen, a cera e larvas (EMBRAPA, 2003).

Os egípcios foram os primeiros a desenvolver uma forma de manejo das abelhas, há cerca de 2.400 a.C., apesar de conseguirem colocar as colmeias em potes de barro, o que facilitam o transporte e sua colocação próximo as residências, a retirada do mel ainda era feita de forma primitiva (SEBRAE, 2008).

Em algumas regiões da Europa, no período da Idade Média, as árvores eram propriedades do governo, pois elas serviam de abrigo para os enxames, sendo até mesmo proibido sua derrubada. O roubo de abelhas e enxames era considerado crime imperdoável, levando até a morte do ladrão, todos os enxames eram

registrados em cartório e deixados em certos casos de herança por escrito (CRANE, 1985).

Ao longo dos anos e com o reconhecimento cada vez maior da importância econômica do mel, foram desenvolvidas e testadas diversas espécies de colmeias artificiais que facilitam a colheita do mel e ajudam a preservar as abelhas garantindo assim a reprodução dos enxames (SEBRAE, 2008).

Baseado em estudos anteriores, Lorenzo Lorraine Langstroth desenvolveu a colmeia de quadros móveis, essa simples descoberta, ocorrida no ano de 1851, foi a chave para o desenvolvimento da apicultura racional e favoreceu o avanço tecnológico que conhecemos hoje em relação a atividade (EMBRAPA, 2003).

No Brasil a atividade apícola teve seu início a partir de 1839, com a introdução de abelhas da espécie *Apis Mellifera*, trazidas da Espanha e Portugal pelo padre Antônio Carneiro e da espécie *Apis Mellifera Mellifera* levadas ao sul do país pelos imigrantes alemães. Neste período, a criação de abelhas é feita de forma rústica, devido à baixa agressividade das abelhas, as colmeias se encontram nos quintais das casas e próximas aos animais domésticos, como porcos e galinhas, sua produção é voltada apenas para suprir as próprias necessidades dos apicultores (EMBRAPA, 2003).

Em 1950, depois da diminuição drástica da produção apícola e a extinção de 80% das colmeias do país ocasionadas pelo surgimento de doenças e pragas, houve-se a necessidade de achar outra espécie de abelhas mais resistente e mais produtiva. A pedido do Ministério da Agricultura, em 1956, o professor Warwick Estevam Kerr trouxe da África exemplar de rainhas africanas a fim de estudá-las e então fazer cruzamento com as abelhas italianas, já introduzidas no Brasil (SEBRAE, 2008).

Porém, antes mesmo da conclusão dos estudos, ocorreu um acidente no apiário onde as abelhas haviam sido depositadas e boa parte das abelhas africanas fugiu e começou a acasalar com as abelhas de raça europeia, surgindo um híbrido natural conhecido hoje como Abelha Africanizada (SOUZA, 2007).

Em um primeiro momento, a fuga das abelhas africanas foi um problema para o Brasil, por ser um exemplar mais agressivo, surgiram até campanhas para erradicação dessa espécie, a ideia era espalhar inseticida por todo país, tanto em

apiários quanto nas matas, porém essa atitude além de ter custo elevado causaria um desastre ecológico irreparável (EMBRAPA, 2003).

Muitos apicultores acabaram abandonando seus enxames por inexperiência no manejo com as abelhas africanas, as técnicas utilizadas que até então eram apropriadas para as abelhas europeias não se enquadravam com o comportamento das africanas: as vestimentas eram inadequadas, os fumigadores, pequenos e pouco potentes e as colmeias ficavam próximos às áreas urbanas, facilitando o ataque das abelhas (SEBRAE, 2008).

Progressivamente foram surgindo estudos sobre o comportamento das abelhas africanizadas e desenvolvidos técnicas adequadas para o manejo correto das colmeias, levando os apicultores a retomar suas atividades e descobrindo que a nova espécie era mais produtiva devido sua maior rusticidade, habilidade de adaptação e resistência a doenças (EMBRAPA, 2003).

Em 1967 o setor apícola ganha força com a fundação da Confederação Brasileira de Apicultura, por um grupo de brasileiros que participavam do Congresso Internacional de Apicultura em Maryland-EUA, ficando registrada assim a primeira participação do Brasil nos Congressos Internacionais da Federação Internacional de Apicultura – APIMONDIA (SEBRAE, 2008).

Em 2006, durante o período de embargo ao mel brasileiro, foi criada a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e de Produtos Apícolas, depois chamada de Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e dos Produtos das Abelhas – CSMEL, constituída no âmbito do MAPA, visa a organização do setor apícola e congrega nas áreas de pesquisa, fiscalização, regulamentação e fomento ao setor apícola (ABNT;SEBRAE, 2012).

O país é reconhecido no cenário apícola mundial por dominar a metodologia de controle e manejo de abelhas africanizadas, por ser mais resistente este tipo de abelha dispensa o uso de agrotóxicos em sua criação. O fato de o Brasil possuir uma grande diversidade de floradas naturais e silvestres, não necessitando o uso de agrotóxicos, confere ao país uma grande vantagem competitiva em relação aos concorrentes, pois seu potencial para produzir mel orgânico é muito maior (PAULA, 2008).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é um procedimento formal, requer um tratamento científico, com pensamento reflexivo e se compõe no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (LAKATOS; MARCONI, 2001).

A finalidade da pesquisa científica é descobrir respostas, pois sempre parte de um problema, uma interrogação, e é feita através da aplicação de métodos científicos (PRADANOV; FREITAS, 2013).

Método científico é o conjunto de atividades lógicas e sistêmicas, que permite alcançar o objetivo, através de um caminho a ser percorrido, auxiliando assim o cientista a tomar decisões e detectar erros (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Seguindo este conceito, delimita-se a seguir o delineamento da pesquisa, a definição da área ou população-alvo, o plano de coletas de dados e o plano de análise dos dados da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A finalidade da pesquisa científica é conhecer um ou mais aspectos de um determinado assunto, por isso deve ser crítica, metódica e sistemática. O seu resultado deve contribuir para o avanço do conhecimento e despertar o espírito de investigação no meio acadêmico (PRADANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa descritiva se caracteriza pela não interferência nos fatos por parte do investigador, eles somente são observados, analisados, classificados, registrados e interpretados (ANDRADE, 2001).

A presente pesquisa se enquadra, quanto aos fins de investigação, como descritiva, pois irá descrever as influências das barreiras comerciais as exportações de mel de uma empresa da região sul catarinense.

Quando a pesquisa é baseada em materiais já publicados como: livros, artigos científicos, publicações em periódicos, jornais, revistas, monografias e internet, ela é classificada como bibliográfica e tem o objetivo de deixar o pesquisador em contato direto com o material relacionado ao assunto da pesquisa (PRADANOV; FREITAS, 2013).

Quando a pesquisa é classificada em documental, a característica da pesquisa esta na fonte de coleta de dados, a mesma está restrita a documentos,

escritos ou não, constituindo o que se denomina fonte primária (LAKATOS; MARCONI, 2001) e conforme afirma Pradanov e Freitas (2013), sua utilização fica em destaque no momento em que se podem organizar as informações dispersas, atribuindo-se assim uma nova importância como fonte de consulta.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa foi enquadrada como bibliográfica, pois alguns dados foram coletados em artigos científicos, monografias e em sites de internet e em documental, pois as informações foram buscadas em documentos de órgãos públicos.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Podem-se definir como população todos os indivíduos de determinada nacionalidade ou que residam em uma cidade, ou ainda que possuam características comuns específicas (APPOLINÁRIO, 2006).

Para Lakatos e Marconi (2001), amostra é uma parte, uma porção selecionada da população, ou seja, um subconjunto.

A área de estudo desta pesquisa compreendeu as influências das barreiras comerciais as exportações de mel e seus dados foram coletados em publicações sobre o referido tema, bem como em órgãos governamentais e organizações como MDIC, SEBRAE, EMBRAPA.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

A fim de facilitar o desenvolvimento da pesquisa e assegurar uma ordem lógica na execução das atividades, todas as etapas da coleta de dados devem ser esquematizadas (ANDRADE, 2001).

A coleta de dados durante a pesquisa se dá através de duas fontes: primárias como dados históricos, arquivos oficiais e particulares, correspondência pública e privada, entre outros e fontes secundárias, como as obras literárias e impressos como jornais e revistas (LAKATOS; MARCONI, 1996).

Para a elaboração da presente pesquisa, foram utilizados dados primários localizados nos sites de organizações governamentais como do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC e de órgãos como o SEBRAE.

Os dados secundários foram retirados de obras literárias que se encontram na biblioteca da universidade, bem como em sites de pesquisas, publicações da área de estudos, artigos científicos e monografias.

Na técnica de coleta de dados, dependendo da natureza do objeto, pode ser usada a técnica quantitativa, onde o pesquisador procura mensurar ou medir variáveis e a técnica qualitativa que consiste em descrever, explicar comportamentos e compreender situações (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Na coleta de dados das fontes primárias foi utilizada a técnica qualitativa, onde os dados foram analisados no decorrer da pesquisa. Nas fontes secundárias foi utilizada a técnica qualitativa onde a acadêmica pesquisadora descreve e compreende como as barreiras comerciais influenciam as exportações de mel.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista, sendo que foi elaborado um questionário semiestruturado com 16 perguntas, permitindo ao entrevistado de expressar a sua maneira.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Durante o processo de construção de um projeto, dependendo dos dados, da natureza das informações e das evidências encontradas, será necessário fazer uma avaliação dos dados. Essa avaliação poderá ser feita através da técnica quantitativa, que quer dizer, organizar, caracterizar, sumarizar e interpretar os dados numéricos encontrados através de técnicas estatísticas, ou ainda utilizar a técnica qualitativa que consiste na descrição de situações, de pessoas, de acontecimentos, de reações para melhor entender à realidade estudada (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Na primeira etapa da pesquisa qualitativa foram questionados ao entrevistador sobre o perfil da empresa, tempo de atuação no mercado externo, principais mercados comprados e produtos comercializados para exportação. Estes dados estão apresentados no quadro abaixo:

Tabela 2 - Perfil da Empresa

Localização da empresa	Araranguá – Santa Catarina
Produto destinado a exportação	Mel
Ano da 1ª exportação	2001
Principais países compradores de mel	Alemanha e Estados Unidos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2014.

Quando indagado a respeito de quais parcerias a empresa tem, o entrevistador relatou que na parte de compras a empresa depende do produtor rural, o apicultor que é responsável por todo manejo com as abelhas, desde sua criação, extração do mel e envio para a empresa onde é envasado e preparado para a exportação. A empresa trabalha com alguns processos de certificação, como a certificação orgânica, o que caracteriza um trabalho de comércio justo para fidelizar o produtor rural.

Para certificar o mel como orgânico, é preciso seguir algumas regras para a obtenção de um produto isento de contaminantes e obter o selo de conformidade conforme as regras de processo de certificação de conformidade orgânica. O setor apícola está enquadrado nos processos de certificação e tem observado um aumento na comercialização do mel devido essa certificação (SIS, 2013).

Segundo o entrevistado, a certificação do mel também fideliza o comprador que hoje em dia está buscando produtos de qualidade e mais naturais.

O consumo de alimentos orgânicos aumentou nos últimos anos cerca de 20%, devido ao interesse por alimentos mais nutritivos, com menor grau de contaminantes e agrotóxicos. Hábitos alimentares mais saudáveis também influenciam o aumento de interesse pelos alimentos orgânicos que são produzidos respeitando as regras de conservação ambiental (ANDRADE; BERTOLDI, 2012).

O primeiro processo de exportação, segundo o entrevistador, aconteceu em 2001 no mesmo período em que a China teve seu mel embargado e o mercado europeu, grande consumidor de mel, necessitou suprir sua demanda interna. O Brasil, aproveitando essa demanda, começou a fornecer mel para a Europa. A empresa em questão foi uma das primeiras empresas brasileiras a entrar no mercado, foi uma oportunidade que apareceu no mercado e várias empresas brasileiras começaram a exportar para a Europa.

Até meados de 2001, os maiores exportadores de mel eram China e Argentina, quando esses dois países sofrem embargo de suas exportações, devido a presença de resíduos de antibióticos no mel chinês e ações antidumping ao mel argentino, houve uma escassez do produto no mercado abrindo assim uma janela de oportunidades para a inserção de novos países exportadores. Nessa oportunidade que surgiu, cabe ressaltar, que o Brasil foi o país que mais se beneficiou com essa abertura (PAULA, 2008).

Quando perguntado ao entrevistador sobre possíveis entraves ou barreiras no processo de exportação que possa ter dificultado a inserção no mercado externo, o mesmo respondeu que na década de 80 o Brasil já havia exportado mel, porém uma empresa exportadora enviou alguns containers de mel adulterados, então isso não causou uma boa reputação para o Brasil gerando um pouco de desconfiança por parte dos mercados consumidores. A empresa em questão até fez um bom trabalho no começo, [...] mas não sei se essa empresa fez por maldade ou por falta de procedimentos de controle [...], o fato que ocorreu foi que a empresa exportou produto adulterado e acabou queimando a imagem do Brasil no mercado de mel. O entrevistado ainda ressaltou que uma só empresa pode estragar o mercado inteiro, quando comercializa seus produtos sem nenhum tipo de controle de procedimento.

Aos poucos o mercado mundial foi reconhecendo a qualidade do mel brasileiro e depositou confiança no país, passando assim a comercializar mel com o Brasil.

As exportações de mel ocorreram até 2006, foi então que o mel brasileiro sofreu embargo ao seu produto, conforme aponta o entrevistado não foi por culpa das empresas exportadoras,

[...] foi o Ministério da Agricultura que não fez uma solicitação do governo europeu no controle de resíduos e então como penalidade, não só para o mel, para o mel, para o frango, para a carne e para o leite, só que o mel foi o penalizado na história [...].

Impedido de exportação seu mel para a União Europeia, o Brasil continuou a exportar para os EUA, porém como relatou o entrevistado, por saber que o Brasil não tinha outra opção para exportar seu mel, o preço era bem abaixo do mercado.

O embargo ao mel brasileiro ocorreu em 2006, sob alegação de falta de controle e monitoramento de resíduos, a União Europeia já havia solicitado ao governo brasileiro a construção de laboratórios para controle e monitoramento dos resíduos, passados 3 anos o governo não havia atendido ao pedido originando assim o embargo ao anos exportações no ano de 2006 (BORGES, 2010).

A principal justificativa para o embargo europeu foi a ausência de controle de resíduos no mel brasileiro, baseado em dois relatórios elaborados pelo Serviço Alimentar e Veterinário (FVO), realizados em 2003 e 2005 durante visitas de inspeção, a União Europeia decretou o embargo (SEBRAE AGRONEGÓCIO, 2006).

O embargo ao mel brasileiro foi baseado na aplicação de restrições técnicas, devido o fato de o governo brasileiro, através do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, não apresentar as garantias necessárias que comprovação a aplicação do Plano Nacional de Controle de Resíduos – PNCR (ABNT; SEBRAE, 2012).

O embargo durou dois anos e em 2008 as empresas puderam voltar a negociar seu produto com os países da União Europeia. A empresa, objeto de estudo dessa pesquisa, foi a primeira empresa a voltar a exportar mel para a Europa após o embargo e hoje continua a atuar nos dois mercados compradores, Europa e Estados Unidos.

Os produtos a serem exportados muitas vezes precisam ser adaptados de acordo com especificações e exigências do mercado consumidor, quando foi perguntado ao entrevistado se durante o processo de embargo houve necessidades de adaptação de algum produto ou embalagem a resposta foi negativa devido o fato de que o mel exportação é destinado a exportação a granel, sendo acondicionado em tambores metálicos com revestimentos em epóxi fenólico, embalagem padrão existente no mercado própria para a indústria alimentícia.

Figura 2 - Embalagens Utilizadas Para Exportação



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2014.

Para o acondicionamento adequado do mel, devem ser utilizadas apenas embalagens próprias para produtos alimentícios, temos as embalagens plásticas em diversos tamanhos e que facilitam o transporte, e temos as embalagens destinadas a exportação, que são os tambores de metal, com capacidade para 300 kg e revestidos internamente com verniz especial (EMBRAPA, 2014).

Foi questionado ainda se, durante o período do embargo, a empresa teve algum problema para se adequar as exigências do mercado europeu e como o governo brasileiro reagiu neste período. Para o setor foi bem dificultoso porque o governo brasileiro não queria aceitar ajuda de laboratórios externos e nenhum laboratório do país tinha capacitação para tais exames e certificações. Esse período foi bem dificultoso, bem demorado, pois primeiro foi necessário a capacitação do laboratório brasileiro para fazer as análises, depois foram feitas análises simplificadas aqui no Brasil e depois na Europa para o mel ter reconhecimento internacional.

Segundo o entrevistado, o embargo durou dois anos devido o fato de o governo brasileiro não aceitar ajuda estrangeira para as análises dos méis, se fosse mais ágil esse processo em um ano o embargo seria revertido. Depois do embargo

européu foi a vez do governo brasileiro fazer exigências para o setor apícola, o Ministério da Agricultura exigiu que as empresas tenham que ter o APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle, que são normas de boas práticas da indústria, normas de segurança.

Para o entrevistado o governo usou isso como desculpa para o atraso no processo de adequação as normas europeias, dizendo que mesmo que não tivesse embargo, as empresas brasileiras não estavam adequadas à exportação e dificultou ainda mais a liberação das empresas através normas das empresas de auditoria. Segundo o entrevistado, sua empresa era auditada por uma empresa externa e era aprovado pelo MAPA, porém algumas empresas do setor não passavam por este processo e por este motivo o governo queria colocar a culpa no setor pelo problema do embargo.

Em relação ao APPCC, o entrevistado relata que o governo europeu não exige que o produtor tenha, já que ele vê o produtor rural como uma unidade de extração primária, porém até hoje o governo brasileiro obriga que o apicultor tenha uma unidade de extração registrada no Ministério da Agricultura para exportar para a Europa, isto torna o governo brasileiro mais lento e mais burocrático em relação às exigências, exigência mais dos apicultores do que o próprio mercado externo pede.

Durante o processo de embargo, a União Europeia acrescentou mais alguns critérios para a importação de mel, é preciso trabalhar na identificação de todos os elos da cadeia produtiva, na rastreabilidade do produto conforme ressaltou Nelmon Oliveira da Costa diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura (Dipoa/Mapa), ele relata que o Mapa quer que todas as casas de mel e os produtores registrem sua unidade de extração no Serviço de Inspeção Federal (SIF), para poder exportar para a Europa o produtor terá que se registrar (SOUZA, 2008).

Essa nova exigência causou reclamações por parte do setor apícola, segundo a presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel – ABEMEL, Joelma Lambertucci de Brito, o Mapa deveria aceitar a sugestão oferecida de que só o entreposto, responsável pela exportação, é que deveria registrar, visto que a grande maioria dos apicultores é original de pequenos grupos ou ainda trabalha em família e não tem condições para se adequar a tais exigências;

Foram perguntadas ainda, quais as perspectivas da empresa em relação à ampliação de negócios com o mercado europeu e segundo o entrevistado hoje o maior entrave da exportação brasileiro é a falta de produto.

Para reverter esse problema, sua empresa esta se dedicando a ajudar o produtor rural, fomentando ele como o manejo adequado para aumentar sua produção, porque ele alega que só ajudando o produtor a empresa vai conseguir exportar mais.

Conforme foi relatado pelo entrevistador existem órgãos governamentais que apoiam a apicultura, porém eles querem fazer do produtor e das cooperativas exportadores de mel.

“Na soja, por exemplo, que o Brasil é um grande exportador de soja, um produtor rural se especializa em produzir, vai ampliando a sua área, vai melhorando o manejo, aumentando a produtividade, então o foco dele não é virar um exportador e sim virar um produtor profissional”.

O entrevistador ainda salientou que o entendimento no setor apícola deveria ser o mesmo que do setor da soja, que o produtor deveria ser focado, que as instituições governamentais quisessem que o produtor se tornasse mais profissional, com melhor manejo, com maior quantidade e não querer fazer de pequenas cooperativas empresas exportadoras, que utilizam dinheiro governo e dão pouco retorno ao exportar. Ele pensa que o país irá produzir mais riqueza se investir no produtor rural para gerar um bom produtor e que em dez anos, quinze anos, quando eles forem um produtor profissional, com uma capacidade produtiva relativamente grande, ai sim podem dar um segundo passo na pirâmide e se tornarem exportadores, o entrevistado acha justo esse processo, mas pensa que primeiro é necessário construir a base da pirâmide e não começar pelo topo.

Quando perguntado se a empresa estava feliz com sua atuação no mercado, a resposta foi positiva, que a empresa esta crescendo bastante, cresceu muito no ano de 2013. Foi relatando ainda que a empresa esta com alguns projetos para aumentar sua fatia de mercado, portanto esta bem feliz com sua atuação no mercado internacional.

Foi perguntado ao entrevistador sobre o que ele acha que deveria ou poderia mudar para que o Brasil pudesse atuar com maior volume no mercado externo, e sua opinião em relação a isso é que deveriam investir na capacitação dos produtores, tirar o foco de querer tornar o produtor ou cooperativa um exportador e

investir na capacitação e torná-lo um produtor com melhor manejo. Segundo foi relatado por ele, seu próprio pai já falava isso, na época em que seu pai era criança a mãe tinha uma vaca que produzia 5 litros de leite por dia e naquela época era a melhor vaca da região, hoje se a vaca não produzir 25 litros, ela não serve, e a diferença está no manejo. Há trinta anos a região próxima a sua empresa produzia 30 sacas de arroz por hectare, hoje essa quantidade subiu para 130 e os hectares continuam com o mesmo tamanho, o que mudou foi o manejo. Então a opinião do entrevistado é a de que tem que se investir na capacitação do produtor rural para melhorar suas técnicas de produção e assim aumentar o fluxo de exportação.

Tem-se observado uma grande transformação no setor apícola catarinense nesses últimos anos, sendo que a atividade ocupa mais de 30 mil apicultores explorando 300 mil colmeias e gerando um movimento econômico de cerca de 300 milhões de reais por safra. Para desenvolver ainda mais o setor, a busca de treinamento é fundamental para aumentar a produção e a competitividade, já que a apicultura vem ganhando espaço na diversificação da produção rural por ser cada vez mais rentável e promissor (MARCIANO, 2011).

Os países produtores de mel vêm aumentando o número de colméias e a produção mundial de mel está em ascensão, por esta razão o mercado tornou-se mais competitivo e a qualidade, as condições de atendimento e o preço são decisivos para permanecer no mercado mundial. A apicultura brasileira precisa mostrar que tem condições de se manter no mercado mundial, através da profissionalização da produção e melhor aproveitamento das condições ambientais do país (SOUZA, 2006).

Analisadas as respostas apresentadas até então, a acadêmica pesquisadora indagou ao entrevistado se na opinião dele as maiores barreiras para a exportação de mel estavam no mercado interno, bem como na produção.

A resposta foi positiva, as maiores barreiras estão no mercado interno, na produção e na criação de controle por parte dos órgãos governamentais, no caso o Ministério da Agricultura, que criam regulamentos muito rígidos que até mesmo os países importadores não têm. Segundo ele o nosso governo faz regulamentos mais rígidos que os países compradores solicitam e isso não ajuda na qualidade do produto, só cria barreiras internas para a exportação.

A notícia de que o Ministério da Agricultura (Mapa) está revisando o Riipoa (Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem

Animal) corrobora com a afirmação do entrevistado de que o governo brasileiro está criando barreiras internas para o setor apícola. O objetivo dessa revisão é modernizar a legislação antiga e melhorar a qualidade e a segurança dos alimentos, porém, segundo afirma Nésio Medeiros, presidente da Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina, a realidade dos produtores de mel no país não condiz com as novas exigências. Uma dessas exigências diz que o produtor deveria contratar um responsável técnico para a unidade de extração de mel e para as análises de controle, o que se torna inviável para o pequeno produtor (FREITAS, 2014).

Quando indagado sobre o real motivo de o governo brasileiro impor mais regras que os países compradores o mesmo respondeu que isso talvez aconteça por falta de conhecimento do mercado externo ou talvez pelo fato de que o país cometeu um erro passado ao criar mais regras do que a União Europeia no período de embargo e agora não querem voltar atrás continuando com a rigidez.

Por fim foi perguntado se a empresa tem a intenção de ampliar seu mercado externo, o entrevistado relatou que o foco da empresa é dar conta da demanda dos Estados Unidos, porque a demanda por mel orgânico aumentou muito nos países, sendo que o foco maior da empresa é satisfazer o mercado consumidor americano e continuar com suas exportações para o mercado europeu.

Para Lengler, *et al*, 2007, é importante para o Brasil manter o mercado de exportações já conquistado, investindo em especialização para produzir méis cada vez mais caros e valiosos, porém deve-se buscar alternativas de comercialização para conquistar o mercado interno e garantir proteção contras as mudanças do mercado externo.

Os resultados obtidos através da pesquisa apontaram que a imposição de barreiras à comercialização de mel em dois momentos, tiveram efeitos distintos e importantes para a exportação da empresa pesquisada: no primeiro momento, quando as barreiras foram impostas aos dois maiores produtores mundiais, o Brasil teve a oportunidade de se inserir no mercado internacional gerando aumento de sua produção; no segundo momento, quando as exigências do mercado mundial se voltaram para o produto brasileiro, fazendo com que o país buscasse regulamentação para o seu mel, o país se mobilizou para buscar um melhor padrão de qualidade para o mel, o setor ganhou incentivos e investimentos para o

fortalecimento da atividade apícola e os exportadores foram em busca de novos mercados para direcionar sua produção.

Durante estes dois períodos as barreiras apresentadas no decorrer deste trabalho também influenciaram a empresa pesquisada, pois ela em um primeiro momento aproveitou que o país estava entrando no mercado internacional e destinou sua produção a exportação como muitas empresas fizeram. Neste período foi importante, pois possibilitou um aumento de renda e gerou mais empregos para os envolvidos nos processos, que neste caso além da empresa em questão estão incluídos os apicultores que são os responsáveis pela produção.

No período de embargo a empresa que já trabalhava com mel de qualidade e já tinha seus produtos garantidos como livres de contaminantes buscou alternativas para comercializar seu mel, foi assim que resolveu destinar sua produção para o mercado americano, porém teve que se sujeitar a vender seu produto a preços baixos, pois os EUA sabendo do embargo e que as empresas brasileiras não tinham opção para comercializar seu mel, pagaram o valor que achassem justo pelo mel.

5 CONCLUSÃO

A globalização possibilita acesso a uma gama de produtos muito maior do que tínhamos há anos atrás e isso faz com que o mercado consumidor se torne mais exigente e busque cada vez mais qualidade e produtos diferenciados. Para preservar a saúde de sua população e em contrapartida proteger seu mercado interno muitos países acabam impondo barreiras aos produtos estrangeiros, principalmente os de origem animal. Essas barreiras muitas vezes configuradas como excessivas podem atrapalhar ou até mesmo impedir as exportações de alguns países.

Os produtos de origem animal são os que mais necessitam de regras e requisitos para serem exportados, pois representam riscos a saúde humana, porém muitos países reclamam das exigências absurdas que são impostas a determinados produtos e as dificuldades em se adequar a tais exigências.

Desta forma, este trabalho objetivou estudar a influencia das barreiras comerciais a exportação de mel de uma empresa da região sul catarinense, a pesquisa foi fundamentada através de obras literárias e sites do setor apícola.

Neste sentido, atendendo ao primeiro objetivo específico, pôde-se perceber que o Brasil aproveitou o cenário mundial de exportação de mel e introduziu seus produtos no mercado, neste período China e Argentina tinham suas exportações proibidas devido a barreiras sanitárias e antidumping por parte dos países compradores. Em 2001, ano que o Brasil entrou no comércio mundial de mel, China e Argentina eram os maiores exportadores do produto enquanto a Alemanha se destacava como maior importador, atuando ainda como beneficiador do produto e posterior exportador.

Ao que se refere ao segundo objetivo específico, foi destacado as principais barreiras comerciais as exportações, que são os obstáculos impostos por certos países a fim de resguardar o comércio local. Entre eles estão às barreiras tarifárias, que são as tarifárias encontradas nos processos de exportações propriamente ditos, e as barreiras não tarifárias, que se caracterizam por requisitos técnicos, normas, barreiras sanitárias que na maioria dos casos são difíceis de serem atendidas.

Por meio da pesquisa realizada, pode-se tecer também algumas considerações sobre o cenário em que a empresa entrevistada se encontra. A

primeira, de que a empresa entrevistada por possuir um produto de qualidade e que atendesse os requisitos internacionais, aproveitou o cenário favorável e após contatos em feiras internacionais iniciou seu processo de exportação para países europeus.

A segunda, de que o governo brasileiro agiu de forma lenta no processo de adequação as exigências feitas pela Comunidade Europeia no período de 2005, quando a comunidade enviou um grupo para inspecionar as condições de controle de resíduos e boas práticas na produção de mel e ainda impondo regras extras ao pequeno produtor de mel, que segundo alegações dos próprios produtores são exigências difíceis de serem cumpridas visto que muitos deles trabalham de forma caseira e não dispõe de recursos financeiros para investir em tais adequações. Ainda em relação a tais critérios a empresa entrevistada afirma que essas exigências devem ser impostas as empresas beneficiadoras do mel, visto que elas são as responsáveis pela envase do produto e pelos testes que atestam a qualidade do produto.

A terceira, de que a empresa não teve muitos problemas em decorrência do embargo, pois sempre esteve preocupada em adquirir um produto de qualidade e trabalhar com bons produtos, fidelizando assim seus principais clientes. Fato este pôde ser confirmar logo após o fim do embargo, que a empresa entrevistada foi a primeira a reatar suas relações com os países europeus e voltar a exportar seu mel.

A quarta consideração, de que a opinião da empresa em relação aos pequenos produtores que realizam pequenas exportações é de que eles deveriam focar seus esforços para melhorar o manejo com a criação de abelhas e focar na qualidade do mel extraído e trabalhando em conjunto com as empresas responsáveis pela envase do produto.

Neste contexto, pode-se concluir que a atuação da empresa entrevistada no cenário apícola mundial passou por dois momentos distintos devidos às barreiras comerciais, o primeiro foi positivo, pois motivou a empresa a entrar no mercado internacional de mel e mostrar ao mundo um produto de qualidade e livre de contaminantes. O segundo momento, porém não foi tão positivo em termos de valores, pois devido ao embargo sofrido as exportações diminuíram e a empresa precisou destinar sua produção para outros países consumidores a preços inferiores aos praticados até então.

O embargo exigiu do setor apícola uma mobilização no sentido de se unir mais em busca de um mesmo objetivo: forçar o governo a se adequar as exigências que a União Europeia fez e que o país não atendeu de imediato. O embargo também motivou os exportadores a buscarem novos mercados para destinar sua produção e não ficarem tão dependentes de um único comprador e também a analisar estratégias para conquistarem o mercado interno.

Desta forma, por meio dos dados e das pesquisas realizadas, apresentam-se algumas sugestões de trabalhos:

- a) Estudo das principais barreiras encontradas no processo de exportação dos produtos brasileiros;
- b) Análise de como o governo brasileiro age frente às exigências impostas pelos países;
- c) Estudo das ações do setor apícola mediante as principais exigências nos processos de exportação.

Por fim, este trabalho trouxe um grande conhecimento para a acadêmica pesquisadora sobre as barreiras encontradas no processo de exportação e a preparou para ser uma profissional mais capacitada.

REFERÊNCIAS

ABEMEL. Associação Brasileira dos Exportadores de Mel. **Exportações de mel superam as expectativas do setor em 2013.** Beebrazil. 2014. Disponível em: <<http://www.beebrazil.com/noticia.aspx?id=73>> Acesso em: 06 Mai. 2014.

ALMEIDA, Marco Antonio Dantas de. **CARVALHO,** Corália Maria Sobral. **Apicultura: uma oportunidade de negócio sustentável.** Salvador. Sebrae Bahia, 2009. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E3CA0B10F1061D878325766300685F92/\\$File/NT00042B86.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/E3CA0B10F1061D878325766300685F92/$File/NT00042B86.pdf)> Acesso em: 21 abr. 2014.

BARRAL, Welber *et al.* **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.** Florianópolis. Diploma Legal, 2000. 516 p.

BÖHLKE, Paulo Bartz. **PALMEIRA,** Eduardo Mauch. **Inserção competitiva do pequeno produtor de mel no mercado internacional.** Eumed.net - Enciclopédia Virtual. 2006. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/06/pbb.pdf>> Acesso em: 30 de mar. 2014.

BORGES, João Augusto Rossi. **Brasil no mercado mundial.** Agro Analysis. 2010. Disponível em: <http://www.agroanalysis.com.br/materia_detalhe.php?idMateria=843> Acesso em: 30 de mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes Produtos de Origem Animal.** Ministério da Agricultura. 2014. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/qualidade-dos-alimentos/residuos-e-contaminantes>> Acesso em: 27 abr. 2014>

FRANCO, Luciana. **Exportações (quase) liberadas.** Revista Globo Rural. 2014. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1676925-4527,00.html>> Acesso em: 06 Mai. 2014.

FUNCEX, Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. **Barreiras Externas às Exportações Brasileiras 1999.** MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 1999. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1196772454.pdf> Acesso em 06 Mai. 2014.

IGLESIAS, Roberto Magno. **VEIGA,** Pedro da Motta. Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital aberto. **O desafio das exportações.** Rio de Janeiro: BNDES, 2002. 702p.

INMETRO. Barreiras Técnicas as Exportações: O que são e como supera-las. 3ªed. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/Manual_BarrTec2009.pdf>. Acesso em 06 Mai. 2014.

LOPEZ, José Manoel Cortiñas. GAMA, Marilza. Comércio Exterior Competitivo. 2.ed. São Paulo: Lex Editora, 2005. 463p.

MAIA, Miguel. Os antibióticos no mel. O Apicultor. 2013. Disponível em: <<http://www.oapicultor.com/artigos/Antibioticos%20Miguel%20Maia.pdf>> Acesso em: 21 de abr. 2014.

MARCIANO, Adriana. A importância da capacitação para o desenvolvimento da apicultura. Sis – Sistema de Inteligência Setorial. Sebrae-SC. 2011. Disponível em: <<http://sis.sebrae-sc.com.br/sis/setor/relatorio/visualizar?idRelatorio=738>> Acesso em: 19 Mai. 2014.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Barreiras Não-Tarifárias. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=733>> Acesso em: 06 Mai. 2014.

OLIVEIRA, Silvia Menicucci de. Barreiras não tarifárias no comércio internacional e direito ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. 786p.

PAN. Programa Apícola Nacional Triênio de 2011-2013. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. 2010. Disponível em: <http://www.gpp.pt/MA/apicultura/PAN_2011_13.pdf> Acesso em: 21 Mai. 2014.

PAULA, Juarez de. Mel do Brasil: as exportações brasileiras de mel no período 2000/2006 e o papel do Sebrae. Brasília. Sebrae, 2008. 98p.

PEREIRA et al., Produção de mel: Comercialização. Embrapa Meio-Norte. Jul. 2003. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mel/SPMel/comercializacao.htm>> Acesso em 21 Mai. 2014.

PEREZ, Luiz Henrique. RESENDE, José Venâncio de. FREITAS, Benedito Barbosa de. Brasil torna-se exportador de mel em apenas dois anos. Instituto de Economia Agrícola. 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=634>> Acesso em: 30 de mar. 2014.

PEREZ, Luiz Henrique. RESENDE, José Venâncio de. FREITAS, Benedito Barbosa. Mel: Exportações Brasileiras se consolidam e participação nordestina aumenta. Instituto de Economia Agrícola. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1265>> Acesso em: 06 de abr. 2014.

PEREZ, Luiz Henrique. RESENDE, José Venâncio de. FREITAS, Benedito Barbosa de. Câmbio e embargo europeu podem prejudicar exportações apícolas em 2006. APACAME - Associação Paulista de Apicultores Criadores de Abelhas Melíferas Européia. 2006. Disponível em: <

<http://www.apacame.org.br/mensagemdoce/86/economia.htm>> Acesso em: 21 de abr. 2014.

SEBRAE, Nacional. **PAS Indústria. Manual de Segurança e Qualidade para Apicultura**. Brasília: Sebrae/NA, 2009. 86p. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/4B9F0764B18CA32983257646006E9520/\\$File/NT000429CE.pdf](http://201.2.114.147/bds/BDS.nsf/4B9F0764B18CA32983257646006E9520/$File/NT000429CE.pdf)> Acesso em: 06 Mai. 2014.

SOUZA, Darcet Costa – Org. **Apicultura: manual do agente de desenvolvimento rural**. 2 ed. Brasília. Sebrae, 2007. 186 p.

THORTENSEN, Vera. **OMC – Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2.ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001. 520p.

USAID, United States Agency for International Development. **Consolidação de Experiência: O Caso do Mel**. Vol. 5. Usaid.gov. 2006. Disponível em: <http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNADM249.pdf> Acesso em: 27 abr. 2014.

ZANDONADI, Diego Altoé. **SILVA**, Orlando Monteiro da. **Competitividade das Exportações Brasileiras de Mel**. Banco do Nordeste. 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=388> Acesso em: 21 abr. 2014.